



JUSTIFICAÇÃO

A Petrobras figura como um dos principais elementos na investigação conhecida como “Lava-Jato”, em curso na Justiça Federal do estado do Paraná, que visa desbaratar um dos maiores casos de corrupção, locupletamento ilícito e lavagem de dinheiro que se tem noticiado no Brasil. Até a presente data foram negociados – no bojo de diversas delações premiadas e apreensões policiais – a devolução de milhares de reais, com possibilidade de que estes valores devidamente desviados ultrapassem a casa dos bilhões.

Segundo o Ministério Público Federal, a dilapidação do patrimônio da Petrobras dura há, pelo menos, dez anos e envolve grandes empreiteiras, altos executivos da petroleira e agentes públicos. Segundo o MPF, de forma bem sintética, o *modus operandi* ocorria por intermédio do

“superfaturamento de contratos por um cartel de empreiteiras que cooptou funcionários do alto escalão da Petrobras, pagando-os por meio dos operadores financeiros. (...) As empreiteiras se cartelizaram em um ‘clube’ para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. (...)”

As empreiteiras pagavam propinas para funcionários do alto escalão da Petrobras no valor de 1% a 5% do valor dos contratos, dinheiro que era repartido entre os funcionários, partidos políticos, membros do Congresso Nacional e operadores. Um dos funcionários da



estatal chegou a receber mais de R\$ 100 milhões de dólares de propina.”¹

Muito se investigou durante o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista que se instalou no Congresso Nacional no segundo semestre de 2014, mas o rol de desvios não se exauriu naquela investigação. Para além das aquisições de Pasadena, da construção da Refinaria de Abreu e Lima e do suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM, visando à obtenção de contratos com a estatal, inúmeros outros casos são suspeitos de integrarem esse esquema que sangrou os cofres públicos.

O Complexo Petroquímico – COMPERJ, no Rio de Janeiro; as Refinarias Premium I e II, localizadas respectivamente no Maranhão e no Ceará; a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), no Paraná; o afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a venda de ativos da Petrobras na África e as operações da Sete Brasil também estão no rol de operações que merecem ser investigadas em razão de suspeitas de terem servido para irrigar os cofres da corrupção e da dilapidação do patrimônio da Petrobras.

Em relação ao Sr. Pedro Barusco, ex-Gerente-Executivo da Diretoria de Serviços da Petrobras e subordinado do ex-Diretor Renato Duque, a imprensa noticiou ter ele aceitado a proposta de delação premiada e concordado em devolver mais de U\$ 100 milhões aos cofres públicos.

Ademais, em seus depoimentos, o ex-gerente da Petrobras teria afirmado que existia dentro da Petrobras um grande esquema de desvio de recursos, em que o PT teria arrecadado cerca de US\$ 200 milhões ilicitamente. Reportagem da Veja.com detalha o esquema de corrupção na estatal entre o Sr. Barusco e o Sr. Zelada:

¹ <http://www.lavajato.mpf.mp.br/index.html>



“Segundo o delator, Zelada também recolhia propina dentro da Petrobras e “negociava propinas diretamente junto a algumas empresas em contratos menores na Área de Exploração e Produção”. Para receber dinheiro do esquema de corrupção dentro da estatal, o ex-diretor Jorge Zelada fazia uma espécie de “encontro de contas” com os demais integrantes da companhia. Em alguns casos, a propina a Zelada foi entregue diretamente em sua casa, na Rua Getúlio das Neves, no Rio de Janeiro.

O pagamento de propina no esquema envolveu noventa contratos de obras de grande porte entre a Petrobras, empresas coligadas e consórcios de empreiteiras. Os contratos estavam vinculados às diretorias de Abastecimento, Gás e Energia e Exploração e Produção. No rateio da propina, normalmente eram cobrados 2% do valor do contrato, sendo que 1% era administrado pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa, e o outro 1%, repartido entre o PT e diretores da Petrobras, incluindo Renato Duque e Jorge Zelada, da Área Internacional da petroleira.

Também, segundo reportagem do Globo, o ex-Diretor de Abastecimento, Sr. Paulo Roberto Costa, afirmou no acordo de delação premiada que o Sr. Jorge Zelada participou do esquema de corrupção na estatal. Segundo Costa, o Sr. Zelada “sabia e participava do processo, se beneficiando das vantagens indevidas.”

Por todo o exposto – e pela quantidade de outros fatos que vêm sendo divulgados no desenrolar das investigações em curso – entendemos indispensável à acareação entre o Sr. PEDRO BARUSCO e o Sr. JORGE ZELADA nesta CPI, como forma de ouvirmos suas versões dos fatos, avaliar as provas que porventura eles pretendam apresentar, de forma a lhes assegurar o contraditório e a ampla defesa. Por essas razões, conclamamos os nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2015.

**DEPUTADO ONYX LORENZONI
DEM/RS**

**DEPUTADO EFRAIM FILHO
DEM/PB**